

Desenvolvimento é desafio do Timor Leste aos 20 anos da independência

oglobo.globo.com/mundo/desenvolvimento-desafio-do-timor-leste-aos-20-anos-da-independencia-1-25509899

15 de maio de 2022

Ex-colônia portuguesa depois ocupada pela Indonésia vive hoje em democracia, mas disputas entre líderes independentistas marcam política

Fernanda Canofre, especial para O Globo

15/05/2022 - 04:30 / Atualizado em 15/05/2022 - 14:34



Freira aplica cinzas na teste de menina durante cerimônia católica da Quarta-Feira de Cinzas na capital timorense, Dili. Português virou língua oficial depois da independência, mas línguas locais são mais faladas Foto: VALENTINO DARIEL SOUSA / Agência O Globo

PORTO ALEGRE - Os registros feitos pela câmera do jornalista britânico Max Stahl na manhã do dia 12 de novembro de 1991, no Cemitério de Santa Cruz, em Dili, deram impulso para mudar o rumo da história de um Timor Leste que estava desde 1975 sob ocupação da Indonésia. Manifestantes haviam se reunido no local, com cartazes pedindo independência e o direito à autodeterminação, duas semanas depois de um jovem timorense ter sido assassinado por soldados indonésios. Militares abriram fogo contra a multidão, e o massacre de ao menos 270 pessoas foi gravado em vídeo.

As imagens viraram prova da repressão que acontecia na ex-colônia portuguesa. A divulgação das cenas deu fôlego à pressão internacional pela independência, que levou a um referendo em 1999, seguido de um governo de transição com a ONU até a independência de fato, em maio de 2002.

No aniversário de 20 anos da data, na próxima sexta, dia 20, o Timor verá o retorno à Presidência de um dos líderes do processo, José Ramos-Horta, com a promessa de buscar diálogo entre forças políticas e ajudar no desenvolvimento econômico para o 1,3 milhão de habitantes do jovem país.

Timor Leste

Onde fica



- População: **1,299 milhão** (2020)
- Área: **14.870 km²**
- PIB per capita: **US\$ 1.442** (2020)
- Pobreza: **41,8% da população** (2014*)
- IDH: **0,606** (141º lugar entre 189 países)

Fontes: Statista, UNDP e Direcção Geral de Estatística

*Dados mais recentes

Timor Leste Foto: Arte O Globo

Falta de renovação

Com sistema semipresidencialista, o presidente no Timor é chefe de Estado, enquanto o premier é chefe de governo.

— É um sistema desenhado para que ninguém tenha poder total, nem o presidente, nem o primeiro-ministro. Foi desenhado em Portugal depois da Revolução dos Cravos e usado também no Timor Leste para tentar criar estabilidade — explica Eduardo Mello, professor de Relações Internacionais da FGV (Fundação Getúlio Vargas). — Eleito pelo povo, ele tem alguns poderes, não é só uma figura simbólica. Pode dissolver o Parlamento e convocar novas eleições, dentro de algumas condições.

Em duas décadas, o país atravessou ondas de violência — o próprio Ramos-Horta foi ferido em um atentado, no primeiro mandato —, disputas políticas e ainda tenta a adesão à Asean (Associação de Nações do Sudeste Asiático), algo que o agora presidente eleito citou quando ganhou o Prêmio Nobel da Paz, em 1996.

A organização americana Freedom House classifica o país como livre, com transferências de poder pacíficas, mas diz que as instituições democráticas seguem frágeis e que “disputas entre personalidades importantes da luta pela independência dominam as

questões políticas”.

Apoiado pelo líder da independência e principal figura no xadrez político timorense, Xanana Gusmão, Ramos-Horta, do Congresso Nacional para a Reconstrução do Timor Leste (CNRT), derrotou o atual presidente e ex-guerrilheiro Francisco Guterres Lú-Olo, da Fretilin (Frente Revolucionária de Timor-Leste Independente). O atual premier, Taur Matan Ruak, que apoiou Lú-Olo, também atuou na luta pela independência.

Xanana, o primeiro presidente, segue sendo uma figura de poder sem paralelo no país, tendo indicado todos os candidatos a presidente com sucesso — em 2012, com apoio dele, Ruak derrotou Ramos-Horta, segundo Marisa Ramos Gonçalves, pesquisadora do Centro de Estudos Sociais da Universidade de Coimbra.

— A falta de renovação é muitas vezes explicada pela constatação de que, enquanto a geração mais velha não sair de cena e continuar a procurar ser o poder político, a outra geração não tem espaço para assumir suas convicções e escolhas. Por outro lado, é muito difícil para uma geração sem o capital simbólico potente que foi ser comandante da resistência ou diplomata internacional reconhecido ganhar popularidade além da capital ou da região de onde é proveniente — avalia ela. — Grande parte da população timorense vive no meio rural, fora dos círculos sociais e políticos de Dili.

Uma novidade nas eleições foi o terceiro lugar: candidata originária de Ainaro, região de montanhas, Armanda Berta dos Santos, do partido Khunto, conquistou 8,7% dos votos.

— O partido, com ligações com um grupo de artes marciais e rituais, tem recebido votos de jovens, possivelmente da massa de jovens desempregada e que cada vez mais questiona as políticas dos partidos principais, Fretilin e CNRT — afirma Gonçalves.

Dificuldade de crescer

Na busca de desenvolvimento econômico, Ramos-Horta colocou a adesão à Asean como prioridade. Mello, da FGV, diz que, como presidente, ele não tem necessariamente poder direto sobre essas questões.

— É um país muito pequeno, relativamente pobre, que tem, portanto, dificuldades para criar condições para um crescimento econômico robusto — avalia. — O desafio vai ser tocar o jogo com alguma estabilidade democrática.

Apesar disso, o presidente eleito avalia que o Timor mudou para melhor nestes 20 anos, citando o aumento da expectativa de vida em 10 anos, do número de médicos timorenses de 20 para 1.110 e do acesso à eletricidade de 10% para 96% da população.

— Timor Leste é um oásis de paz e segurança. Não temos conflitos étnicos, religiosos — diz Ramos-Horta. — Mas perto de nós, em Mianmar, ocorre uma guerra cruel lançada pelo regime militar contra o povo que se virou contra os militares. O mundo está bem pior hoje. Na Ásia, as tensões entre as grandes potências, China e EUA, são muito

preocupantes. A Coreia do Norte já é uma potência nuclear. É uma realidade que aumenta os riscos na região. A militarização do Mar do Sul da China é muito perigosa e pode resultar em confronto militar.

Gonçalves, a pesquisadora de Coimbra, avalia que o desafio do Timor hoje é melhorar as condições de vida, especialmente em educação, saúde e habitação. O país, diz, apostou na criação de megaprojetos de infraestrutura de qualidade nem sempre comprovada, subsídios a veteranos da resistência e num grande peso da função pública centrada na capital, gerando desequilíbrio na distribuição de riquezas.

— As exportações de café e a agricultura de subsistência são praticamente as únicas atividades que não são dependentes do Estado. Nesse cenário, o principal desafio será manter a independência e dar aos timorenses aquilo pelo qual eles lutaram com muito sacrifício e sangue — afirma ela.

Memória visual

Os registros feitos por Max Stahl, do massacre de Santa Cruz e de outros episódios que presenciou em suas visitas, fazem parte do Centro Audiovisual Max Stahl Timor Leste (CAMSTL), que tem acordo com a Universidade de Coimbra. Stahl morreu em 2021.

— A história do Timor Leste está ligada ao audiovisual. O que o Max filmou chamou a atenção do mundo, começou a vir gente para cá e a se falar de Timor, criando uma pressão — diz Claudio Savaget, jornalista e documentarista brasileiro que pisou pela primeira vez no país em 2002, a trabalho, e conheceu o britânico.

Há cerca de nove anos, ele se mudou para Dili. Savaget lamenta ver o afastamento do Brasil, que já teve professores no país, e defende que ampliar o uso do português — oficial, mas não majoritário — é essencial.

— É fundamental investir a sério em educação, o orçamento é ruim perto do que poderia ser, e investir na língua portuguesa, que é oficial, uma opção política deles, como uma língua de ciência, de ensino. E em turismo — afirma.

Eddy Pinto, também jornalista e diretor executivo do CAMSTL, onde atua com Savaget, cresceu no período da ocupação e diz lembrar de muitas cenas que testemunhou. Nascido em Lospalos, no Leste do país, ele se mudou com a família ainda adolescente para a capital, em busca de oportunidades.

— Todos experimentaram algum tipo de sofrimento, é algo muito próximo ainda, foi há apenas 20 anos. Todos lembram ainda do sofrimento, dos mortos, da falta de liberdade, a sensação era como se estivéssemos isolados — diz Pinto. — Nós perdoamos, mas não esquecemos — afirma.

Feridas abertas

A população, segundo Marisa Gonçalves, tem claro que tanto o povo indonésio quanto o de Timor viveram sob uma ditadura, a Nova Ordem do presidente Suharto, e que a transição no país vizinho, em 1998, contribuiu para que o referendo pela independência de Timor acontecesse. Por isso, o passado não é uma questão na relação entre os povos, embora haja feridas abertas.

A ideia de criar um tribunal internacional para julgar os crimes no período foi abandonada, com lideranças políticas pregando olhar para o futuro e pesando a relação econômica em jogo. Apesar disso, diz a pesquisadora, associações de sobreviventes da ocupação indonésia ainda reivindicam que o Estado timorense cobre de Jacarta informações sobre o paradeiro de pessoas desaparecidas.

— A ocupação acabou em 1999. Os traumas causados na grande maioria da sociedade não desaparecem em 23 anos e são transmitidos de geração para geração. De acordo com a cultura timorense, os espíritos dos mortos vivem entre os vivos. E, enquanto não existir um desfecho digno para a morte de um ente querido, o seu corpo não for encontrado ou não for feita justiça, as pessoas acreditam que o espírito vagueia e isso afeta a vida de quem vive. Dificilmente se pode considerar uma história encerrada para muitas famílias que nunca souberam o que aconteceu aos seus e não sabem até hoje onde estão os seus restos mortais — disse Gonçalves.

A pesquisadora de Coimbra cita uma frase do padre Juvito Rego, do conselho de administração do Centro Nacional Chega!: "A reconciliação é um processo, não um projeto".

— Ou seja, a ideia de transição está errada: a reconciliação demora o tempo que for necessário para sarar as feridas, não pode estar contingente a projetos transitórios de um governo ou de um modelo de justiça promovido por organizações internacionais.